

**I Processo Seletivo para Estágio Forense de Pós-graduação em Direito do Núcleo Regional
da DPE/MA de São José de Ribamar/MA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Núcleo Regional da Defensoria Pública de São José de Ribamar/MA, através do Presidente da Comissão de Seleção, in fine assinado, no uso de suas atribuições legais e considerando o Edital nº 001/2020, faz saber aos interessados e ao público em geral o presente Edital de convocação de candidatos aprovados no processo seletivo para estágio forense de pós-graduação em Direito, em ordem de classificação:

	NOME DO (A) CANDIDATO (A)	Nº DE INSCRIÇÃO	CPF	Nota Final
1	TÁLITY MAKERLY SOUSA DE OLIVEIRA	010/2020	***.***.063-18	10,1
2	GLEYCE EMANOELLE CABRAL BALATA	015/2020	***.***.373-06	9,6
3	MARIANA BALBY MENDONÇA SANTOS	026/2020	***.***.723-96	9,4
4	PEDRO ARTUR OLIVEIRA DE CARVALHO	085/2020	***.***.523-29	9,4
5	KAROLAENY MOREIRA CAMPOS	074/2020	***.***.723-14	9,4

Os (as) candidatos (as) convocados (as) deverão comparecer à Supervisão de Estágio, localizada na Sede da Defensoria Pública Estadual na Rua da Estrela, nº 421, Praia Grande, Centro, São Luís/MA, fone: (98) 3221-5819/3222-5321/3221-6110, entre os horários de 08h às 11h e 14h às 16h para apresentar todos os documentos do **Item 9 do Edital de Abertura do Processo Seletivo**, quais sejam:

9 – DA CONTRATAÇÃO

9.1 Para ingressar em estágio de Pós-graduação em Direito na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, o candidato deverá:

- a) ter sido aprovado no processo seletivo;
- b) ser bacharel em Direito;
- c) estar regularmente matriculado em curso de Pós-graduação, em nível de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, em Direito;
- d) firmar termo de compromisso com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão;
- e) comprovar, quando for o caso, estar em dia com as obrigações militares e no pleno gozo dos direitos políticos;
- f) apresentar, além de certificado de matrícula em curso de Pós-graduação, declaração de que pode dispor 20 horas semanais, de tempo suficiente para dedicação exclusiva ao estágio e atestado médico que comprove aptidão clínica para o exercício da função.

9.2 O curso de Pós-graduação em Direito deverá atender, ainda, às seguintes exigências:

- a) possuir carga-horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula;

b) ser ministrado, de forma direta ou conveniada, presencial ou à distância, por instituição de ensino credenciada ou reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação;

c) ter autorização e reconhecimento do Ministério da Educação.

9.3 Por ocasião da contratação deverão ser apresentados originais e cópias dos seguintes documentos:

a) CPF;

b) Carteira de Identidade –RG;

c) Comprovante de residência;

d) Histórico escolar;

e) Declaração de matrícula emitida pela instituição de ensino, contendo informações, sobre a carga horária prevista, a matrícula, o período cursado, a frequência regular e as datas previstas de início e término;

f) Comprovante de quitação de obrigações militares e eleitorais;

g) 2 Fotos 3x4;

h) Diploma de bacharel em Direito, reconhecido pelo Ministério da Educação ou certidão de conclusão de curso;

i) Declaração de não exercer, cumulativamente com o estágio, atividades concomitantes em outro ramo **da Defensoria Pública**, da advocacia, pública ou privada, ou o estágio nessas áreas, bem como o desempenho de função ou estágio no Poder Judiciário ou na Polícia Civil ou Federal;

j) Certidões dos distribuidores criminais das justiças federal e estadual ou do distrito federal dos lugares em que haja residido nos últimos 5 anos, expedidas, no prazo máximo de 30 dias, respeitando o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;

k) Em se tratando de indivíduo inscrito como pessoa que possui algum tipo de deficiência faz-se necessária a apresentação do laudo médico comprobatório;

l) Comprovante de Conta Corrente.

9.4 Só serão admitidos como estagiários os estudantes de instituições de ensino conveniadas com a Defensoria Pública-Geral do Estado do Maranhão.

Além dos documentos supracitados, caso o (a) candidato (a) já tenha estagiado na DPE/MA, também deverá comprovar o vínculo de estágio junto à Supervisão.

O (a) candidato (a) terá o prazo de **05 dias úteis**, a partir da data de publicação do presente Edital de Convocação, para entregar **TODOS** os documentos necessários para a contratação.

São José de Ribamar/MA, 19 de agosto de 2020



ÉVITON MARQUES DA ROCHA
Defensor Público